

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e cinco e vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **44ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 44ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 25/02/21 – Horário: 13h43 às 15h20.

Antônio Áureo (Comissão dos Atingidos de Rio Doce), Chander Freitas (AGERH), Claryssa Almeida (SEDESE), Gabriela Artilles (FGV/MPF), Jadilson Gomes (Comissão Quilombola Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Manoela Carvalho (SEPLAG-Comitê Pró Rio Doce), Milena Paraiso (SEAMA), Mirian Porto (SECONT), Nagila Santos (ATI Rosa Fortini), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Rosiane Melquiades (ATI ASPERQD), Soraya Benetti (FLACSO) e Walquíria Soares (IEMA).

Participantes da 44ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 26/02/21 – Horário: 13h40 às 18h56.

Ana Carolina Maciel (Renova), Antônio Áureo (Comissão dos Atingidos de Rio Doce), Carolina Berg (EY), Chander de Freitas (AGERH), Claryssa Almeida (SEDESE), Gabriela Artilles (FGV/MPF), Iara Morena (Renova), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola Degredo), João Luiz Paste (IJSN), Juliana Rocha (Renova), Karine de Oliveira (Renova), Manoela de Carvalho (SEPLAG-Comitê Gestor Pró Rio Doce), Marcelo Bolzan (Renova), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Margarete Coelho (SEAMA), Maria Luciana Gonçalves (Ouvidoria), Mariana Melo (Renova), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraiso (SEAMA), Miriam Santos (FLACSO), Mirian Sacramento (SECONT), Nágila Santos (ATI Rosa Fortini), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozenberg (Ouvidor), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Silveira (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmin Siqueira (ATI ASPERQD).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação de Ata da 43ª da Reunião Ordinária da CT-PDCS.

Discussão	Após consulta aos membros, a ata foi aprovada sem objeção, conforme minuta previamente distribuída.
------------------	---

3) Consolidação de Nota Técnica sobre a proposta de revisão do PG 06, observado fluxo definido pela Deliberação CIF nº 465, de 4/12/2020.

Discussão	João Paste registrou que, conforme acordado na 4ª reunião extraordinária, enviou previamente a todos o documento em elaboração pela CT que contém os encaminhamentos consolidados dos entendimentos da CT, relativamente a pontos tratados no PG 06. Indicou que deverão ser duas NTs, mas com uma única proposta de deliberação, tratando da manifestação sobre aprovação da proposta de revisão do programa e detalhamentos dos pontos acumulados sobre as discussões para a implementação de Indicadores e dos Planos Integrados Territoriais - que se arrastam desde a primeira aprovação, e das questões relacionadas ao Portal da Transparência. João Paste fez a leitura do item 3. ENCAMINHAMENTOS DESTA NOTA TÉCNICA, Subitem 3.1. INDICADORES DO PG 06: “Relativamente aos Indicadores do Programa 06, a CT-PDCS, por esta Nota Técnica, manifesta-se pela aprovação dos 24 Indicadores descritos no documento de definição do PG 06: Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, com a fórmula/memória de cálculo descrita na versão 06 do referido documento, produzindo-os com informações coletadas a partir de janeiro de 2021. Ao mesmo tempo, a CT-PDCS sugere que o Comitê Interfederativo formalize à Fundação Renova o retorno do Indicador I.16, Número de acordos coletivos realizados nos territórios (I.16), com descritor e fórmula/memória de cálculo
------------------	---

Discussão

contidos no documento Ficha Técnica dos - INDICADORES DO PG 06 CT-PDCS/CIF, de maneira a que sejam mantidas as condições para avaliação, prestação de contas e controle sobre a execução das ações dos Programas e a verificação da correspondência entre ações implementadas e acordos coletivos, na forma disposta no escopo aprovado anteriormente. Por fim, a CT-PDCS sugere que o Comitê Interfederativo formalize à Fundação Renova que sejam apresentadas, trimestralmente, as informações contidas na métrica descrita no documento acima referido para cada um dos seguintes indicadores dele excluídos: i) Status de atendimento do Cadastro Integrado (I.1); ii) Proporção de assessorias técnicas contratadas (I.3); iii) Proporção de comissões locais constituídas e em funcionamento (I.4); e iv) Satisfação dos atingidos com o desempenho da Fundação Renova (I.30 e I.32)”, esses últimos classificados pela FR de Indicadores complementares. João Paste pontuou que, durante a reunião preparatória, Joana Nabuco fez a observação para que seja retomado o Indicador “Satisfação com o processo de construção dos acordos coletivos” (I.9 e I.15), da mesma forma feita com o I.16, que o qual será incluído na NT. Em seguida, Soraya fez a leitura do Subitem 3.2. MATERIALIZAÇÃO DOS PTIs: “Com vistas ao aprimoramento do Plano de Ação, faz-se necessária a inclusão das informações relativas aos Processos, Projetos, Políticas e Ações para o território de Linhares e Sooretama, como modelo, para a finalização da avaliação da metodologia proposta para os planos de ação. Para isso a CT-PDCS, por esta NT, sugere que o Comitê Interfederativo formalize à Fundação Renova as seguintes requisições, aplicáveis para cada território, preferencialmente de âmbito municipal: 1) A FR deverá disponibilizar em até 90 (noventa) dias uma plataforma digital georreferenciada, de acesso público, onde estejam demonstradas e disponibilizadas, no mínimo, as seguintes informações: a) abrangência espacial de cada um dos programas do TTAC; b) localização das infraestruturas construídas e planejadas no contexto de cada programa; c) quantificação dos recursos reparatórios e compensatórios já aportados pelos distintos programas em cada um dos territórios, individualizadas para as infraestruturas construídas e para as demais ações da reparação; d) apresentação e descrição de estudos e diagnósticos elaborados, bem como seus resultados, relativos aos impactos do desastre ambiental do Rio Doce, desde que tenham sido validados pelo Sistema CIF, para cada um dos territórios; e) apresentação e descrição de estudos e diagnósticos em elaboração e seus respectivos prazos de finalização, para cada um dos territórios; f) espacialização precisa das áreas de proibição de pesca e as respectivas fundamentações legais; 1.1) As informações solicitadas no item 1, deverão abranger todos os municípios e localidades abarcados pelo TTAC e por deliberações do CIF, ainda que seja necessário esclarecer eventuais situações de litígio em andamento. Nesses casos deverão ser informadas as respectivas tratativas e perspectivas de solução. 1.2) para o cumprimento do item 1 acima, a FR deverá elaborar proposta de cronograma e de plano de trabalho, incluindo a participação do GAT e das CTs que assessoram o CIF, no prazo de 30 (trinta) dias. 1.3) a ferramenta a ser entregue com as orientações definidas no item 1, deverá suportar atualizações contínuas e inserção de novas camadas de informações e possibilidades de filtragens e saídas distintas, que poderão ser demandadas pelo CIF em momento oportuno, a partir do amadurecimento, aperfeiçoamentos e aprendizados gerados ao longo de sua utilização pelo público em geral. 1.4) as informações disponibilizadas na plataforma digital deverão ser claras, precisas e didáticas para os diversos públicos interessados no acompanhamento da reparação do desastre ambiental do Rio Doce, e as formas de alcance dessas diretrizes deverão ser explicitadas no plano de trabalho previsto no item 1.2. 2) A FR deverá apurar, em até 90 (noventa) dias, os resultados dos indicadores de desempenho, conforme definido na NT nº 24/2020/CT-PDCS/CIF, que demonstrem o nível de satisfação das pessoas atingidas com relação às atividades desenvolvidas pelos pilares comunicação, participação e diálogo social do PG 06 nos territórios, de maneira que o Sistema CIF seja capaz de avaliar e orientar eventuais mudanças de rumo que se façam necessárias. 3) A FR deverá organizar, em até 90 (noventa) dias, seminários preparatórios para a elaboração dos PTIs, com a participação de suas equipes técnicas, das CTs, das pessoas atingidas e assessorias técnicas, para que possam ser definidas, em conjunto, no mínimo as seguintes questões: a) espacialização adequada para cada Plano Territorial Integrado; b) identificação e especificação dos processos, políticas e ações de todos os programas em cada um dos territórios; c) principais interfaces entre os programas, para cada de cada um dos territórios; d) potencialidades na integração entre programas, para cada um dos territórios; e)

Discussão

identificação de eventuais conflitos entre programas, para cada um dos territórios; 4) A FR deverá entregar, em até 120 (cento e vinte) dias, com base nos resultados obtidos nas etapas 1, 2 e 3 acima descritas, os Planos Territoriais Integrados, abrangendo todas as localidades e municípios indicados como atingidos pelo TTAC e/ou por Deliberações do CIF, cujas entregas podem ser escalonadas em função das distintas complexidades que os territórios apresentem. Como ponto de partida e referência metodológica, os PTIs a serem elaborados deverão se basear no plano construído para Linhares e Sooretama e considerando as propostas de aprimoramento já debatidas no âmbito da CT-PDCS. Os planos deverão apresentar também: 4.1) Metodologia de mobilização e construção dos processos decisórios sobre a adequação dos programas a cada território, com cronograma de aplicação; 4.2) Metodologia de monitoramento e controle social sobre as decisões tomadas, incluindo cronograma de aplicação. 5) A CT-PDCS sugere que o CIF constitua um Grupo de Trabalho, coordenado pelo GAT e composto por representantes das diversas Câmaras Técnicas que tratam de temas relacionados aos Planos Territoriais Integrados, para acompanhar o cumprimento da elaboração e implementação dos itens definidos nesta Deliberação". Ana Carolina disse ter dúvidas práticas de implementação do item 3, a), referente à espacialização adequada para cada Plano Territorial Integrado. João Paste esclareceu que o processo deve ser realizado em etapas e que o item 1.2 contempla a discussão proposta, na elaboração de um plano de trabalho, pela FR; que em 30 dias teríamos que fazer esse acordo de como será operacionalizado o trabalho; que todas as equipes da FR, assim como as CTs, devem participar novamente em seminários e oficinas como alguns que já realizados, para que a participação seja um processo efetivamente imbricado em todos os processos de reparação, tanto nas CTs quanto nas equipes da FR responsáveis pelos programas. Ana Carolina expôs a preocupação do quanto essas oficinas vão conseguir de resultados, vista a especificação de processos de ações de todos os programas em cada território. João Paste disse que entende que as oficinas irão dimensionar o nível de dificuldades que surgirão. Iara Morena externou sua preocupação no que diz respeito à oficina para uma elaboração conjunta e coletiva; que existe um limite desse processo de construção do plano, que depende muito do que já está planejado e previsto em cada programa, nos quais o PG 06 não consegue interferir de forma estrutural; que existe a possibilidade de lançar no diálogo uma construção de melhorar determinadas ações de determinados programas, mas que existem programas com o planejamento muito fechado, em termos de cronograma do programa e das cláusulas de TTAC, além de outras questões que os programas que atuam nos territórios têm e que a equipe do PG 06 não tem muita gestão e possibilidade de alteração. A Prof.^a Marta Zorzal disse que compreende a preocupação das representantes da FR e esclareceu que, em cada espacialização estarão incluídos determinados programas e não todos os programas; que dependendo de qual será essa espacialização, determinados programas estarão incluídos nesses espaços; que tanto as CTs correspondentes àqueles programas que estão nesse espaço, quanto as equipes da FR responsáveis por aqueles programas, devem participar desse processo da construção, identificação, especificação dos processos, políticas e das principais interfaces. João Paste ressaltou que a construção proposta será sempre um processo de negociação e que será na reflexão do ganho que a ampliação da participação, com boa comunicação e com o diálogo que leva à possibilidade de haver o controle social dos processos; que nenhum plano é estanque, portanto se existem ações programadas muito fechadas, outras estão mais abertas e serão ajustadas ao longo tempo e dentro das possibilidades; que não faz sentido haver plano somente quando soubermos tudo o que será feito para cada território, havendo ajustes sempre que se justifique; que a espacialização é quase um exercício cartográfico e que o processo será consolidado e amadurecido para a efetiva materialização dos planos. Ana Carolina disse que estava claro com relação as expectativas e das limitações do processo; que a preocupação seria realmente por se tratar de documento que irá para uma deliberação; que seria uma preocupação talvez antecipada de como operacionalizar e das entregas a partir desse documento. João Paste mencionou que há o entendimento de todos quanto às limitações e que é uma construção a fazer, a qual poderá ser bastante produtiva, havendo postura proativa de todos. Ana Carolina disse que será na prática que os resultados dos PTIs serão vistos, assim como para os Indicadores. João Paste concordou, observando que os indicadores, após um ano e meio, agora estão vendo um ponto de chegada. E salientou que a CT, traz na NT a proposta com a identificação do instrumento como PTI, na forma contida na versão

Discussão

do PG 06 aprovado em 2018. E indaga sobre manutenção dessa forma de identificação dada aos planos integrados, como "PTI". Ana Carolina solicita ter como ponto de partida o documento de Linhares e Sooretama, que ajudaria na materialização do que seria uma construção importante para o equilíbrio da expectativa/realidade. João Paste informou que essa solicitação da representante da FR está contemplada no item 4 do documento. Paula Vieira perguntou se nos 30 dias propostos para o Plano de Trabalho estaria incluída a reunião para esse plano de ação. João respondeu que esse plano de trabalho está descrito no subitem 1.2, para o cumprimento do item 1; que o item 1 tem previstas seis entregas, que, em 30 dias, a FR deverá fazer uma proposta de como essas entregas acontecerão; ou seja, não estão previstas as seis entregas em 30 dias, mas apenas que apresentem o plano de trabalho para as seis entregas; que em 90 dias está prevista uma plataforma para organização das informações georreferenciadas; também em 30 dias deve haver o planejamento e organização das oficinas de responsabilidade da FR, mobilizando suas equipes, cabendo à CT-PDCS a mobilização das demais câmaras técnicas. Paula Vieira manifestou preocupação quanto ao que está envolvido na entrega dos 90 dias, pois a elaboração da plataforma envolve outras áreas da FR. João fez a releitura do item 1 e das seis entregas, que têm prazo de 90 dias. Paula perguntou se a FR poderia dar a devolutiva desse prazo de 90 dias, após conversarem com a equipe de TI. Iara Morena relatou que a equipe já vem atuando dentro da FR na perspectiva de mobilizar as diversas áreas que tem interface com a qualificação das informações que devem compor essa plataforma, o PMO e a gerência de comunicação; que estão envolvendo o pessoal da área de direitos humanos, a ouvidoria e a governança e que têm sido feito um esforço de buscar junto a essas áreas a garantia do avanço da melhoria das informações; reiterou que o PG 06 não tem gestão sobre todas as áreas que precisam estar envolvidas para garantir a informação; que, como estão avançando nessas discussões internamente, podem trabalhar inicialmente com este prazo e que, se surgirem dificuldades, serão sinalizadas adiante. Milena salientou que o conteúdo incluído na NT já foi amplamente discutido com a FR no GT-PTI, finalizado em dezembro; que levassem isso em consideração, quando forem discutir internamente sobre os prazos; mas que a CT considerará isso, caso forem avaliar eventuais pedidos de alterações que vieram da equipe da FR; que em relação à flexibilidade, entendia que a CT deu um cenário de 90 dias e um prazo de 30 para fazer um plano de trabalho e que a expectativa é que esse plano de trabalho seja construído considerando esses 90 dias. Pedro Strozenberg pontuou que não é uma gestão simples, pois em tempos de COVID os trabalhos da participação e do diálogo estão complicados; que estão vivendo tempos tensos também na FR, com o processo do MP Estadual; que entende que ao mesmo tempo devem avançar, já que está tudo atrasado, tendo essa percepção, mas que deveriam avançar com segurança e com tranquilidade; que ocorreram discussões intensas internamente na FR; que o tema foi para a diretoria e que ele levou para o conselho curador; que não é simples lidar com uma plataforma, que tem uma operação que passa pelo setor de TI e pelo PMO; que estão em consonância no compromisso do tema avançar, da articulação com as outras áreas da FR e com esta CT, que irão fazer o esforço de seguir esse cronograma; que mais importante do que o prazo final seria o monitoramento desse processo; que irão trabalhar com a perspectiva de cumprir o prazo; que existe o processo que envolve uma ferramenta delicada de uma plataforma e de uma mudança de cultura interna, que vai fazer bem para a FR, vai fazer bem para a reparação, mas que é um esforço que precisa acontecer, especialmente envolvendo os processos de orçamento, de desembolso e de referenciamento territorial das atividades; que existe um limite institucional que precisa ser atentado. João Paste reiterou que já tinham convergido bastante em dezembro nessa redação, no GT-PTI e no GT-Transparência; sendo que a CT podia ter encaminhado esta NT ao CIF desde dezembro, para a pauta da reunião do início de fevereiro, o que não foi feito para concluir o diálogo; que a proposta deverá estar na pauta da reunião do CIF de 5 de maio, sendo assim o prazo de 90 dias estende-se até agosto; que esse prazo é mais que suficiente, considerando o tempo de tratativas do assunto; que, independente de quando começa a contar o prazo, não se pretende que tudo esteja totalmente pronto num primeiro momento; que provavelmente terão pontos mais bem construídos e outros a aprimorar, pois as equipes certamente darão respostas em ritmos diferentes. Tendo sido concluída a discussão, em seguida Soraya fez a leitura dos encaminhamentos do subitem 3.3. APERFEIÇOAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA e em consenso foram definidos os prazos

Discussão

para cumprimento dos pontos de melhoria: “Promover maior destaque ao Portal da Transparência no site da Fundação Renova, promover campanhas de divulgação do Portal da Transparência em todos os municípios da Bacia do Rio Doce, por meio dos jornais das comunidades, inserções em emissoras de rádio, cartazes nos Centros de Informação e Atendimento, releases para a imprensa etc.” - **30 dias**. “Disponibilizar informações detalhadas sobre as ações desenvolvidas e planejadas por município: citar todos os projetos e ações em andamento ou previstos para o município, com cronograma e orçamento, agenda integrada e cronograma de comunicação dos programas no município, valores investidos no município, destacando quanto é destinado à contratação local” - **90 dias**. “Disponibilizar atas atualizadas do Conselho Curador e Conselho Consultivo” - **consultar o MPE/MG**. “Disponibilizar para cada Programa, links para: Escopo integral do programa (documento de definições), cronograma previsto, orçamentos, estudos, diagnósticos e outros documentos que embasam a definição dos projetos e ações do Programa, status de implementação e dos indicadores, grau de atendimento das deliberações CIF correspondentes, pontos críticos principais, desafios e limitações. Detalhar os registros de despesas com, no mínimo as seguintes informações: Gestor do recurso, programa, projeto, contrato, datas de início e fim do contrato, fornecedor contratado, valor contratado, valor executado, situação do contrato, data de referência das informações” - **90 dias**. “Disponibilizar informação do número de pessoas e número de famílias que recebem AFE por município. Também constar as informações referentes à transição dos auxílios para as categoriais de subsistência, bem como o número de auxílios interrompidos, por município” - **90 dias**. “Disponibilizar informação sobre as condições para acesso ao PIM: elegibilidade e como se dá o processo de negociação” - **30 dias**. “Detalhar o andamento das obras com a atualização permanente das ações realizadas, em andamento e previstas” - **30 dias**. “Disponibilizar os relatórios mensais de ouvidoria e canais de relacionamento, gerais e por município, com indicadores de acessos ao site e exibições das peças de comunicação por outros meios no território” - **30 dias**. “Divulgar o telefone de cada um dos escritórios locais, bem como o nome dos responsáveis pelos escritórios” - **redefinir a redação com sugestões da FR**. Com relação ao ponto de melhoria de divulgação do telefone de cada um dos escritórios locais, Ana Carolina informou que o telefone dos escritórios não seria para atendimento ao público; que é uma orientação dada aos CIAs de não receber telefonemas, para não sobrepor outras ações; que o PIM só atende com horário agendado; que alguns escritórios são exclusivamente administrativos, principalmente os de infraestrutura; que não via como exequível esse item. João Paste disse que sempre houve demanda por melhor acesso e por mais acesso a esses equipamentos da FR. Ana Carolina compartilhou que a ida aos CIAs para atendimento é livre; que os escritórios de infraestrutura e administrativos não têm como função atendimento aos públicos, pois têm a função de apoio/suporte e não estão preparados para esse atendimento e questionou qual seria a função de divulgação do número de telefone dos escritórios administrativos. João Paste informou que o objetivo seria a aproximação do atingido com uma instituição responsável pela recuperação; que observaram isso fortemente em diversas atividades em campo, com destaque para atividades em Rio Doce; que a imagem de distanciamento da estrutura de reparação é muito forte na visão das pessoas atingidas. Ana Carolina pontuou que os CIAs dispõem de telefone celular, mas que a orientação não é de atender ligações, por questões de segurança e porque o atendente deve estar liberado para o atendimento presencial; que a equipe do PIM fica dentro do escritório administrativo e que todo atendimento do PIM está sendo feito remotamente, devido à pandemia; que entende que não tem nenhum escritório que pudesse ser divulgado o número de telefone que não seja o 0800. Pedro Strozenberg mencionou que a telefonia tem a complexidade da gravação, do registro de protocolos e que seria um formato difícil de descentralizar; que deve ser realizado um planejamento especial para os próximos seis meses e pós pandemia; que é contra a descentralização do telefone como forma de contato; que a segurança da informação é mais relevante do que isso; que entendia e reconhecia, pelo pouco tempo na CT, sobre o distanciamento da relação FR com as pessoas atingidas. Manoela Carvalho ponderou que essa queixa do atendimento pelo 0800 é muito recorrente, não só na CT-PDCS, mas em geral, nos documentos lidos sobre questões e deficiências de comunicação e de atendimento com os atingidos; que o ponto seria ampliar o

Discussão

acesso ao 0800 pelo número de atendimentos, a quantidade de pessoas que atendem, principalmente no contexto da pandemia, em que os canais de comunicação devem funcionar virtualmente, seja por telefone, seja por internet, para que o atendimento seja mais rápido e mais eficaz. A Prof.^a Marta Zorzal expôs que esse quesito revelava a ausência de espaços para um melhor diálogo e relacionamento com as populações atingidas, pois nos CIAs elas têm pouca condição desse acolhimento; que é preciso pensar estratégias para que os atingidos possam ter canais de comunicação além do 0800, ou via celular das pessoas que estão atendendo nos CIAs, ou via mensagem escrita, mas que é preciso avançar; que os meios de comunicação e as formas de comunicação se revolucionaram; que o 0800 poderia ser de uma outra forma, que não o tradicional 0800, podendo ser uma plataforma em que pudessem acessar e falar ao vivo, assim como numa reunião virtual; que essas reclamações e esse distanciamento é recorrente; que não se pode ficar fazendo ouvidos moucos para essa questão; que precisam sair de uma estratégia pré pandemia, para uma estratégia pós pandemia, dentro da perspectiva de outros meios, melhores e mais eficazes que o 0800. Ana Carolina salientou que o problema é o tempo de resposta ao atingido e não o 0800; que existem atingidos que não têm acesso a recursos visuais, os que preferem ir ao escritório para atendimento presencial, os que preferem ligar, os que saem do escritório do PIM e ligam para 0800, e que por isso existem as cinco formas de interação; que em sua visão, de quase quatro anos de reparação, na perspectiva de aproximação com os atingidos, seriam respostas de qualidade e decisões tomadas, o cerne da questão. Walquíria Soares refletiu sobre a necessidade de proximidade e de uma relação mais humanizada no atendimento; que o rompimento da barragem trouxe problemas não só de ordem financeira e que é preciso entender o que eles estão passando; que toda situação vivenciada gerou uma carência por necessidade de acolhimento que ultrapassa o telefone; que devem pensar como o sistema pode atender uma necessidade que não é só técnica, e discutir internamente se conseguem personalizar o atendimento. Jadilson Oliveira disse que no território de Degredo ainda existem muitos problemas com o 0800, com o fornecimento de informações difusas; que recebeu o relato de um atingido, que ligou para o 0800, tendo em vista os cortes nos AFEs em 50% na comunidade de Degredo, e mesmo o atingido sinalizando que era da comunidade tradicional, a atendente informou que, se ele não entrasse no sistema ágil até março, não será indenizado; que seria uma maneira despreparada de passar a informação e de deixar os atingidos mais desesperados, fornecendo uma informação que não é verdadeira. Iara Morena disse que estão sempre abertos a buscar melhorias dos processos, e que seria importante deixar registrado que investem muito em formar e qualificar as equipes de diálogo e de canais; que existe uma perspectiva de atendimento humanizado, que não passa pela pessoalidade, porque os atendentes representam uma instituição, e que existe um detalhe técnico em termos de funcionamento de canais de atendimentos, que precisam seguir certos protocolos; que todos os registros feitos via 0800 têm o histórico e qualquer atendente consegue acessar; que entendem que não trabalham num diálogo trivial, mas um diálogo com o público que passou por um desastre; que têm um cuidado e um compromisso de preparar as equipes para esse acolhimento; que não deixaram de fazer relacionamento nos territórios, mesmo com o distanciamento social; que nas reuniões de diálogo do ano passado tiveram mais de seis mil participantes. Pedro Strozenberg relatou que os programas precisam melhorar as respostas para que os canais possam fluir melhor e que a ouvidoria também tem desafios para aprimorar. João Paste observou que, dentre as sugestões de melhoria apresentadas para o Portal da Transparência, esse ponto seria o único no qual o atingido busca conversar com alguém, e se sentir melhor acolhido; que poderiam propor a mudança da sugestão de aprimoramento, mas não deixar de ter algum aprimoramento nesse quesito; que precisam romper a imagem do distanciamento; que devemos pensar em propostas, visto que os escritórios não serão os mesmos depois da pandemia, tendo alterações nas formas de produção e de relacionamento. Mirian Sacramento sugeriu que o canal 0800 seja um filtro e redirecione as chamadas. João Paste reafirmou que o ponto de melhoria do 0800 deve estar retratado na NT, mesmo sendo numa descrição mais aberta, para que sejam feitos estudos de melhorias. Na sequência, a proposta de melhoria é “Manter todas as informações de repasses ou transferências de recursos financeiros atualizados” - **30 dias após a realização do repasse**. “Detalhar os registros de despesas com, no mínimo as seguintes informações: Gestor do recurso, programa, projeto, contrato, datas de

<p>Discussão</p>	<p>início e fim do contrato, fornecedor contratado, valor contratado, valor executado, situação do contrato, data de referência das informações” - 90 dias. “Publicar, além das concorrências em aberto, as encerradas. Acrescentar as seguintes informações sobre as concorrências: Número da requisição de compra, descrição do objeto a ser contratado, local de execução, razão social e CNPJ das empresas participantes da concorrência, razão social e CNPJ da empresa vencedora da concorrência, valor da proposta vencedora” - 90 dias. “Publicar as seguintes informações sobre contratos: descrição do serviço contratado, CNPJ do fornecedor, número da requisição de compra que deu origem ao contrato, íntegra dos contratos para download” - 90 dias para os contratos vigentes e 30 dias para as novas formalizações. “Detalhar dados sobre o andamento dos projetos, apresentando as principais metas e resultados, bem como um cronograma físico e financeiro atualizado, de maneira que seja possível localizar tais informações ao acessar cada programa/projeto, de maneira dinâmica, com a possibilidade de aplicar filtros” - 90 dias. Para implementação deste ponto de melhoria, Mirian Sacramento colocou a SECONT à disposição para partilha de experiências. “Informar o nome de todos os ocupantes de cargos de direção e de gerências e o e-mail para o contato” - 30 dias. João Paste mencionou que realizou uma busca no site sobre a estrutura de gerências e não obteve sucesso. Mirian Sacramento percebeu a desatualização dos nomes da presidência no Portal da Transparência da FR. Maria Luciana informou que o Portal estava com problema e que já havia reclamado sobre isso ao PMO. “Apresentar a remuneração dos cargos ou empregos na Fundação, mesmo que não estejam de maneira individualizada” - 30 dias. “Cumprir com os prazos de atualização periódico de todas as informações já divulgadas no Portal. Divulgar os valores destinados a título de indenização, às pessoas físicas e jurídicas, de maneira individual, por microárea e município, sem a exposição de dados pessoais, com CPF parcialmente apresentado” - 90 dias. “Realizar melhorias em relação à linguagem, seja do site ou dos documentos, que deve ter uma linguagem acessível aos diversos públicos aos quais se destinam as ações” - prazo contínuo. “Divulgar a agenda dos representantes da Renova com Agentes Públicos, informando com quem se reuniu e o assunto da reunião” - 30 dias. “Criar destaque para solicitação de informação não encontrada” - 30 dias. “Informar quais os prazos para tratamento interno e para resposta e direito de recurso” - 30 dias. “Disponibilizar relatórios de funcionamento da transparência passiva, com número de informações solicitadas e de informações atendidas” - 30 dias. “Criar mecanismos de integração que potencializem o direito de acesso à informação” - 30 dias. João Paste questionou se, por exemplo, o atingido ligar para a Ouvidoria requisitando apenas uma informação do Fale Conosco, a Ouvidoria estaria preparada para encaminhar essa demanda para o Fale Conosco e vice-versa; ou se o atingido enviar um e-mail pedindo devolutiva somente pelo <i>WhatsApp</i>, se há atendimento dessa forma. Maria Luciana respondeu que não há envio de resposta pelo <i>WhatsApp</i> por ter receio por causa da rastreabilidade, pois a pessoa pode modificar a resposta dada; que prefere a ligação e o e-mail, porque são gravados e se porventura for dita alguma coisa não idônea, por estar rastreável a pessoa poderia tomar as medidas e sanções legais. Ana Carolina enfatizou que o Fale Conosco e o Portal do Usuário têm a ferramenta de envio por e-mail e que esse e-mail cai na mesma caixa, sendo tratada pelo mesmo grupo de profissionais, quer seja Portal do Usuário ou Fale Conosco; que a gestão é integrada ao SGS, com perfil diferente, mas que é realizada em conjunto com o 0800; que todas as manifestações, independentes da porta de entrada: CIAs, Fale Conosco, Portal, 0800, estão na mesma base de dados, convergindo para o mesmo local de armazenamento e que as equipes puxam de acordo com a porta de entrada, para ter uma organização na porta de saída de devolutiva dessas informações.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-44.1 - Atualização das informações sobre progressos na articulação de setores da FR para estruturação da plataforma digital descrita acima - ponto 1 do subitem 3.2. Materialização dos PTIs. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-44.2 – Atualização das informações sobre progressos na elaboração de proposta de plano de trabalho descrito acima - ponto 1.2 do subitem 3.2. Materialização dos PTIs. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.</p>

Encaminhamento	E-44.3 – Atualização das informações sobre progressos na articulação de setores da FR para estruturação e organização das informações no Portal da Transparência, na forma descrita acima – subitem 3.3. Responsável: FR. Prazo: próxima RO
-----------------------	--

4) Encaminhamentos pendentes: E.42-3 – Informação da contratação das rádios nos territórios; E.42-4 – Informações sobre participação dos atingidos e comissões nas atividades da Curadoria do PG 35; E.42-5 - Reunião para discutir proposta de um Plano de Ação e E.42-6 - Equipe responsável pelo PG 06 deverá articular, internamente na FR, proposta desse Plano de Ação, com cronologia, para aprimorar e potencializar Portal da Transparência.

Discussão	Referente ao encaminhamento E.42-3 – Informação da contratação das rádios nos territórios , Mariana Mello informou que a concorrência foi concluída; que a agência vencedora assumiu e iniciou suas atividades; que já estão sendo feitas negociações com as rádios locais; que até o momento o programa Momento Renova estava rodando no médio Rio Doce e no baixo Rio Doce; que as demais rádios estão no processo de negociação e procedimentos internos para a retomada do Momento Renova; que, com a entrada da nova agência e com a negociação com as rádios locais, já foram incluídas novas rádios no escopo e no raio de atuação; que na região do Alto Rio Doce, por exemplo, foram incluídas três novas rádios. Quanto ao encaminhamento E.42-4 – Informações sobre participação dos atingidos e comissões nas atividades da Curadoria do PG 35 , Karine Oliveira partilhou que nas próximas reuniões a mobilização será intensificada para garantir a participação dos atingidos; que estão incluindo a mobilização como um dos pontos na discussão da descentralização e itinerância, envolvendo as equipes do diálogo territorial. João Paste mencionou que, assim como foi trabalhado no PG 06, a CT está trabalhando na avaliação da proposta de revisão do PG 35, incluindo questões relacionadas à curadoria, com o material produzido recentemente, sendo necessária a finalização das discussões da proposta de repositório e da construção da identidade do PG 35, a partir das oficinas realizadas, e solicitou informações sobre o envio à CT. Karine compartilhou que estão finalizando a parte da apresentação interna da FR e encaminhará para a CT o resultado das oficinas com a proposta da identidade visual, com o material gráfico produzido. Sobre os encaminhamentos E.42-5 - Reunião para discutir proposta de um Plano de Ação e E.42-6 - Equipe responsável pelo PG 06 deverá articular, internamente na FR, proposta desse Plano de Ação, com cronologia, para aprimorar e potencializar o Portal da Transparência , lara afirmou que estão fazendo as articulações internas com as áreas, inclusive com agenda de reunião no próximo dia 8, assim avançando e trazendo as atualizações para a CT. João Paste perguntou à representante da FR se poderiam deixar marcada uma reunião para discutir o plano de trabalho indicado no ponto 3 da pauta. lara ponderou que inicialmente seria importante a equipe avançar um pouco mais nos trabalhos internos, mas que sinalizariam caso houvesse necessidade.
------------------	--

Encaminhamento	E-44.4 - Finalização e envio da proposta comunicação visual e identidade do CIT. Responsável: Equipe PG 35/FR. Prazo: até 24 de março de 2021.
-----------------------	---

5) E-43.2- Apresentação e detalhamento do fluxo ágil, incluindo o processo de comunicação, e E-43.1- Resposta para comunidade de Degredo sobre a comunicação do fluxo ágil no território.

Discussão	Mariana Melo expôs que a equipe trouxe a apresentação da estratégia de comunicação do fluxo ágil. Contextualizou que 16 localidades integram esse sistema indenizatório simplificado, desde 1º de agosto de 2020 até o dia 26 de fevereiro e que o município de Bugre começaria a fazer parte do sistema, a partir do dia 1º de março; que utilizam todos os canais de comunicação da FR para divulgar as informações nos territórios, com o objetivo de garantir o alcance da informação; que distribuem conteúdos segmentados por município para garantir a proximidade com os atingidos e com as pessoas que fazem parte daquele município; que criam materiais informativos, newsletter, cartilhas, vídeos para o compartilhamento via <i>WhatsApp</i> , para garantir que as pessoas tenham acesso e entendimento da informação, principalmente nesse momento de pandemia, onde circulam os materiais impressos; que as ações de comunicação visam contribuir para que as pessoas conheçam o sistema e tomem a decisão de aderir ou não. Marcelo Bolzan fez a apresentação do documento em <i>PowerPoint</i> que será
------------------	--

Discussão

encaminhado à CT. João avaliou que não foi feita a exposição do ponto principal, que seria a apresentação e o detalhamento do SIS (fluxo ágil), entendendo que na CT-OS o tema devia ter sido detalhado, onde também não foi discutido, segundo informação anterior da Paula Vieira; que entende que o TTAC teve a pretensão de dar os contornos aos processos de indenização, de proteção social, de atendimento emergencial; que o CIF como órgão externo, de supervisão e de fiscalização, criou as CTs, que têm a obrigação de conhecer os processos para estarem aptas a dar suporte ao CIF em todos os processos; portanto, o fluxo ágil devia ter sido discutido com a CT-OS, de modo a estar apta e ter conhecimento da proposta; que como o assunto veio à CT-PDCS, o encaminhamento ficou de trazer esse esclarecimento quanto ao seu funcionamento. Ana Carolina partilhou que apesar de ser um assunto jurídico, talvez não consega responder de forma profunda, mas faria breve contextualização do fluxo ágil, se comprometendo em fazer uma ponte com o jurídico para os pontos que ficassem pendentes; que em termos gerais, o processo iniciou a partir do entendimento dos eixos prioritários, dos pontos que foram analisados dentro do sistema de governança como sendo convergentes ou divergentes, que essa era uma questão divergente, e que seguiu os trâmites definidos pela 12ª vara da Justiça Federal; que seriam três vias: a via estabelecida pela 12ª vara, a via do PIM com todos os procedimentos solicitados a partir da definição do programa e a via do processo judicial normal, para cada um (atingido) escolher e entrar com o seu processo; que o papel da equipe tem sido de compartilhar, porque essa é uma tomada de decisão que cabe à organização dos atingidos; que o primeiro passo seria os atingidos se organizarem em comissões e peticionarem na 12ª vara; que é feita uma análise da formulação dessas comissões, as quais têm autorização para tratar, única e exclusivamente, no âmbito do eixo 7; que as comissões peticionam os seus pleitos em termos de grupo de impacto, danos e valoração, em seguida o juiz avalia o processo e sentencia; que de acordo com cada categoria, por exemplo, lavadeira, pescador informal, areeiro, de subsistência, existe uma lista de documentos primários ou secundários que a pessoa precisa apresentar, um processo de autodeclaração, com uma testemunha, para avaliação; que esse processo já tem um valor pré-definido, por categoria, para a sentença; que em dez dias no máximo o atingido recebe esse valor; que o processo é diferente do PIM, tendo como objetivo cobrir as categorias informais, que não se enquadravam nas políticas vigentes do PIM; que a decisão de Baixo Guandu e Naque, traz as categorias, a composição dos valores e o que são essas documentações. Pedro Strozenberg disse que a ideia é que o fluxo ágil seja uma alternativa; que o PIM não foi excluído, não foi interrompido, sendo uma opção para quem prefere esse caminho; que a adesão ao fluxo ágil tem sido grande nos territórios, onde foi possibilitado até o momento; que o fluxo ágil tem complicadores como a exigência da advocacia privada, tem os descontos de Imposto de Renda e o desconto do advogado; que a decisão de Rio Doce, que inclui a categoria de fisco, uma atividade específica e que foi sempre muito tensionada nesse processo de reparação, agora foi reconhecida como uma atividade tradicional e com um valor estabelecido de reparação; que existem situações específicas, a exemplo daquela descrita pelo Jadilson, da comunidade de Degredo, como também situações de populações indígenas, que são discussões que passam por uma reparação coletiva, mas que também tem a reparação individual; que ainda não tiveram experiências de povos e comunidades tradicionais, mas agora têm a experiência dos fisco, mas que existe o debate em comunidade quilombola e comunidades indígenas; que existe o diferencial entre comissão local, que é aquela comissão desenhada e prevista no TTAC, que a maior parte delas não têm assessoria, sendo um tema candente, especialmente na CT-OS, onde o debate acontece mais fortemente, não sendo o caso da comissão de Rio Doce, por exemplo, que tem a assessoria Rosa Fortini, que está se colocando como uma organização importante no acesso dessa população para o fluxo ágil; que a própria equipe técnica de advogados da Assessoria Rosa Fortini está possibilitando para aquelas pessoas que quiserem acessar via Assessoria, sem o desconto tradicional de 10%; que a comissão de atingidos tem o âmbito e decisão exclusiva para o eixo 7 do acesso ao fluxo ágil, e assim dialoga com o próprio juiz, não pelo conjunto da governança, mas com a atribuição específica para lidar com questões de reparação individual. João Paste indagou de onde surgiu essa especificidade, exclusividade e restrição da comissão, porque parece haver contradição nisso. Ana Carolina disse que surgiu do movimento da própria comunidade, que começou em Baixo Guandu e passou para

<p>Discussão</p>	<p>Naque. João Paste agradeceu as informações e disse que tem circulado muitas notícias sobre o tema, com pontos de vista extremamente divergentes, que esses pontos chamam a atenção. Pedro partilhou que as assessorias representantes de Degredo e Rio Doce, presentes na reunião, seriam exemplos que dialogam com a governança prevista no TTAC e com o fluxo ágil; que muitas outras comissões falam só para o fluxo ágil ou então falam só para a governança. Ana Carolina disse que não existe um processo totalmente perfeito na expectativa de ninguém em um desastre desse tamanho; que tem prós e contras, mas que, para algumas pessoas, tem significado o fim de uma questão que eles estavam esperando há 5 anos. Antonio Áureo relatou que se orgulha em ter uma das melhores, mais organizadas e mais competentes assessoria da bacía; que não acha que a FR é uma adversária; que tem muitos aborrecimentos e decepções com algumas ações, que querem tudo a que têm direito, nada além disso; que foram ao juiz, pois não tinham outra alternativa, e que foi muito bom; que não tinham mais como negociar através do sistema CIF, porque a FR e as empresas nunca quiseram negociar com eles; que a Deliberação 300 do CIF foi votada e que seria muito mais prático, mas que nunca houve essa possibilidade; que ligou para a FR para verificar seu processo e foi informado que seu processo estava em análise, mas que está em análise há 2 anos; que não adianta falar com a ouvidoria, ou outro setor, pois não tem resposta; que não tem resposta da análise do cadastro feito no PIM. Em seguida, sobre o encaminhamento E-43.1- Resposta para comunidade de Degredo sobre a comunicação do fluxo ágil no território, Jadilson Oliveira contextualizou sobre a oferta do fluxo ágil na comunidade Quilombola de Degredo, embora a comunidade não esteja contemplada; que a mensagem de retratação, posteriormente enviada, não foi suficiente para superar a expectativa criada na comunidade, e que não contemplou os anseios da CT-IPCT; que na semana seguinte começaram a enviar várias mensagens sobre o fluxo ágil para a comunidade; que a comunicação da FR quase nunca agiu na comunidade de Degredo e quando agiu fez esse estrago; que antes de encaminhar uma pílula de <i>WhatsApp</i>, deveriam verificar se realmente contemplaria aquele público. Mariana pediu desculpa pelo ruído ocorrido e disse que o intuito seria fazer uma comunicação em massa; que a partir do retorno recebido da situação de Degredo, revisaram as falhas que estavam acontecendo; que tem utilizado muito <i>WhatsApp</i> em função da pandemia, conforme já falado em outros momentos; que depois de enviado o <i>WhatsApp</i>, não existe o controle sobre como vai ser replicado e qual o alcance; que fizeram uma revisão dos SMS que estavam sendo disparados e passaram a fazer um filtro desse SMS, para que não fossem enviados para números de comunidades que não estejam contempladas; que nos próximos dias, as rádios da Foz, farão uma comunicação dizendo que não contempla a comunidade de Degredo, do mesmo modo da pílula enviada. lara disse que participaram desse debate na reunião da CT-IPCT; que o encaminhamento feito foi que fizessem uma comunicação para buscar esclarecimentos da questão do fluxo ágil; que o Jadilson estava lá e fez esse relato de que teria causado esse ruído, principalmente porque Degredo não está contemplado com o fluxo ágil, e que a informação tinha chegado de uma forma ruim e que acabou confundindo as pessoas; que entenderam que o encaminhamento não foi de uma retratação, mas de melhorar o esclarecimento, enviando o material de comunicação que garantisse os esclarecimentos sobre a questão do fluxo e que assim foi feito; que, após disparado o <i>WhatsApp</i>, se perde o controle dos compartilhamentos. João Paste questionou ao Jadilson e a lara se caberia alguma correpondência direta específica, da comunicação da FR à ASPERQD. Jadilson respondeu que sim, mas que não cria expectativas sobre a FR, visto que não estão cumprindo os encaminhamentos e o que é acordado nas CTs. Jadilson disse a lara que, no texto da pílula de <i>WhatsApp</i> enviado, deveria constar os motivos pelos quais o fluxo ágil não contempla a comunidade de Degredo e que, com uma comunicação mais transparente, teriam menos estragos.</p>
<p>Encaminha mento</p>	<p>E-44.5 - Manifestação direta à ASPERQD e à associação de atingidos da Comunidade Quilombola de Degredo, contendo os motivos e reafirmando a não inclusão de Degredo no fluxo ágil. Responsável: Equipe do PG 06/FR. Prazo: Imediato.</p>

6) Assuntos Gerais - 6.1: devolutiva da FR sobre questões relacionadas ao orçamento 2021; 6.2: Apresentação das informações iniciais dos Indicadores do PG 06 e 6.3: Status dos pilares do PG06.

<p>Discussão</p>	<p>Ana Carolina informou que consolidou na apresentação os três pontos, pois não estão dissociados uns dos outros; que têm como ponto de partida a implementação das cláusulas do TTAC, a contribuição tática e estratégica com os programas a partir dos processos, do papel primordial de relacionamento com os atingidos e seus representantes e da análise territorial estratégica e da articulação com os programas. Ana Carolina informou que, em termos de diálogo e canais de relacionamento, estão em processo de aprimoramento desde 2019, do relacionamento coletivo com lideranças e do atendimento individual do atingido, via canais, e que uma coisa não anula a outra; que as seis grandes entregas principais são: relacionamento para transparência e informação, informação sobre expectativas e necessidades que alimentam os programas, promoção e pactuação das entregas e construção nas localidades dos territórios desses acordos, acolhimento, registro e encaminhamento de solicitações, conhecimento e engajamento das comunidades nas ações da reparação e a capilaridade de presença territorial da FR; que buscam por melhor entendimento do papel de contribuição do diálogo em grandes temas, não necessariamente em um único programa. Mencionou que as principais agendas e intencionalidades para 2021 são: o cadastro integrado, indenização e AFE, atividade agropecuária, retomada da pesca, economia e inovação, abastecimento de água, moradia, saúde e proteção social. Relatou que no período de pandemia a equipe tem feito reuniões por videoconferências, contatos regulares, ainda que em casos excepcionais, pois precisam passar por um protocolo para ter autorização, tendo em vista a proteção da saúde e segurança das comunidades e dos profissionais; que o 0800 desde o começo da pandemia foi estruturado e os profissionais estão trabalhando em <i>home office</i>, não havendo a descontinuidade de atendimento; que o CIA manteve o atendimento por telefone; que em alguns casos excepcionais, fazem o recolhimento de alguns documento nos CIAs, dependendo do que é a demanda da comunidade. Ana Carolina apresentou o mapa do volume de atendimento nos territórios, tendo em vista a vivência de território e não somente de análise das manifestações, reunindo alguns indicadores, número de cadastros obtidos na fase 1 e fase 2, número de manifestantes, número de reuniões coletivas por mês. Apresentou números do acumulado de reuniões de diálogo coletivo, em termos de presença, em 2020, e até final de janeiro de 2021, o índice dos principais programas e temas, através de demanda das comunidades ou de necessidade dos programas, para apresentação de algum tema, também nas comunidades. Partilhou que são mais de 750 mil manifestações acumuladas, 91% delas respondidas, dentro do prazo de 20 dias que está determinado pela Deliberação 105, e apontou quais programas demandam essas manifestações com o recorte de 2020, observando que a demanda maior está relacionada à Cadastro, PIM e AFE; que são 474 demandas coletivas registradas por meios formais e 271 finalizadas. Apontou indicadores das demandas que têm tratativa, pendências de resposta e também de ofícios, que embarcam numa análise de cenário, e que mensalmente a equipe produz, consolida como uma visão quantitativa e qualitativa, sendo compartilhada com a CT. Apresentou números do volume de ligações da central 0800, o número de ligações atendidas, abandonadas, por ano, somando mais de um milhão de ligações recebidas e gravadas, no acumulado. Informou que em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, houve um cenário atípico, tendo em vista o avanço de novas indenizações; que tiveram o acesso de pessoas que nunca tinham entrado em contato com a FR, solicitando o cadastro; que a média de ligações recebidas por mês é de 28 mil e que em janeiro foi de 71 mil; que fizeram várias ações para melhorar o atendimento, uma integração com o CIA e com o diálogo para não deixar ninguém sem atendimento; que pela declaração do endereço das pessoas, a maior parte das ligações do Espírito Santo, foi de Baixo Guandu; que quando não conseguem atender, retornam as ligações; que são mais de 150 mil pessoas registradas no banco de dados. Expôs slides com as iniciativas estratégicas da gerência, para o desenvolvimento da equipe, relatando que foi feito um trabalho muito interessante com RH de mapeamento de equipes e de capacitações; que estão verificando o que cada território tem de melhor de prática de gestão, e intencionalmente levam essas melhores práticas para todos os territórios para</p>
-------------------------	--

Discussão

nivelamento; que é um processo iniciado e que pretendem compartilhar com a CT. Ana Carolina apresentou um slide com os indicadores do PG 06, divididos em indicadores operacionais, táticos e estratégicos para fins de organização e resumiu que estão no trabalho de operacionalizar esses indicadores. Iara Morena apresentou um slide com a perspectiva dos objetivos estratégicos, os processos vinculados às entregas, mostrando como os indicadores se relacionam com os processos do programa nos pilares de canais e do diálogo. Mencionou que dos oito indicadores tem um para apresentar no fim do primeiro trimestre; quatro indicadores em definição, em fase de elaboração dos instrumentos de coleta, um indicador que foi mensurado até o final de janeiro e dois indicadores em fase de planejamento da pesquisa para iniciar a mensuração. Silveira apresentou um slide do indicador já mensurado (I.3), média mensal de espaço de diálogo e informou que o cálculo é uma média dos últimos 3 meses; que os números apresentados seriam uma média referente a soma das reuniões realizadas em janeiro, dezembro e novembro. Informou que Linhares foi o município com mais reuniões nesse período. Referente ao slide de indicadores do PG 06 de canais de relacionamento, Ana Carolina informou que não conseguiria apresentar os resultados do indicador Taxa de manifestações reincidentes, pois precisam da ajuda da TI; que o indicador de Proporção de manifestações respondidas e o de Manifestações respondidas no prazo estipulado, já é mensurado há algum tempo; que os indicadores relacionados aos CIAs, como não está tendo atendimento presencial, foi suspenso temporariamente; que o indicador Avaliação do atendimento do 0800 e do Fale Conosco já é aplicado há algum tempo; que aplicaram a mudança acordada com a CT nas mudanças orientativas em outubro, referente ao indicador de Satisfação com a resolução das solicitações; o indicador de Ofertas das informações solicitadas no 0800 e Fale Conosco, com a mudança do aprimoramento já vem sendo mensurado desde outubro. Para dar ciência da rastreabilidade dessas informações, Ana Carolina comunicou que toda base de dados é fornecida para auditoria interna e externa e que o relatório anual também é auditado. Com relação ao orçamento do PG 06, Ana Carolina apresentou um slide trazendo a estimativa plurianual, contingências e a estimativa total. Informou que todo ano acontece a aprovação do orçamento e a projeção para os anos seguintes. Sobre a questão do previsto e realizado, do valor não executado no ano de 2020, 55% diz respeito às assessorias técnicas, 17% não foi executado devido aos custos variáveis ligados às ações de participação em atividades presenciais, 12% decorrentes de ações de vivência nos territórios, 7% de economia em decorrência do fechamento do CIAS, devido à pandemia, e 10% em ações de comunicação. Com relação ao orçamento do PG 35, Ana Carolina apresentou um slide trazendo a estimativa plurianual, contingências e a estimativa total. Informou que existem algumas questões a serem discutidas no processo da governança e que o orçamento não executado diz respeito às questões de cronograma; que consultaram o financeiro e, em relação às assessorias técnicas, foram informados que para fins de acompanhamento, organização e gestão, foi avaliado que as assessorias técnicas, salvo as especificidades e responsabilidades, se aproximam mais do PG 06 do que de qualquer outro programa da FR, sendo um valor mensurado e controlado de uma forma diferente, mas que, para fins de gestão orçamentária, colocaram no Pilar do PG 06, pela similaridade; que, da mesma forma, a assessoria técnica de indígenas e de quilombolas não irá para o programa específico por fins de gestão financeira. Antonio Aureo fez uma reflexão tendo em vista a quantidade de ligações do 0800 e disse que gostaria de saber quantos estão repetindo a ligação em seu município e qual o percentual de Rio Doce. Barra Longa, Mariana, Rio Doce e Santa Cruz são os que menos ligam, Ana Carolina informou. Ana Carolina disse que trará esse dado solicitado pelo Antonio, na próxima reunião. João Paste solicitou que a equipe da FR não deixe de fora das principais agendas e intencionalidades para 2021, a agenda da educação e pediu atenção para a agenda da informação, a qual rebate no Portal da Transparência e no CIT, agravado por estar tão atrasado. João Paste informou que participou de reunião com o ICMBio, com a equipe da FR responsável pelo PG 35 e Comitê Pró Rio Doce/ES, quando foi informado que há necessidade de revisão relacionada ao CIT de Regência. Na reunião o ICMBio comunicou à FR sobre a redução do que poderiam contribuir na estruturação integral do espaço. João solicitou que a FR faça uma readequação do orçamento para a viabilizar a execução integral do projeto apresentado à CT,

	tendo em vista que, na apresentação, não houve vinculação de partes do projeto ao orçamento do ICMBio. Iara Morena informou que tendo em vista o ocorrido por parte do ICMBio, o pedido de readequação do orçamento já havia sido solicitado internamente, com relação à reforma do auditório e banheiro do CIT de Regência.
Encaminhamento	E-44.6 – Atualização do cronograma e orçamento do CIT Regência. Responsável: Equipe do PG 35/FR. Prazo: Próxima RO.

O coordenador interino João Paste leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. A 44ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social encerrou-se às dezoito horas e cinquenta e seis minutos.